



PCMG deflagra operação contra estelionatários na Zona da Mata e em SP

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, nessa quinta-feira (22/5), a segunda fase da operação Ouro de Tolo, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa envolvida em fraudes bancárias, estelionato, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro. A ação teve alvos em cidades da Zona da Mata mineira e do estado de São Paulo.

A operação resultou no cumprimento de seis mandados de busca e apreensão em instituições financeiras, lojas de revenda de automóveis e residências dos investigados, nos municípios de Juiz de Fora e Matias Barbosa (MG), Mogi das Cruzes e Ferraz de Vasconcelos (SP). Os levantamentos contaram com o apoio da Polícia Civil do Estado São Paulo (PCESP), por meio do Grupo de Operações Especiais (GOE).

Materiais apreendidos

Durante a ação, quatro pessoas foram conduzidas para prestar esclarecimentos na 5ª Delegacia de Polícia Civil em Juiz de Fora. Também foram apreendidos diversos materiais e bens, incluindo dinheiro em espécie, cartões bancários, documentos, notebooks, celulares, simulacros de arma de fogo, 15 veículos e duas motocicletas. Os dispositivos eletrônicos foram encaminhados à perícia técnica.

O Poder Judiciário determinou o bloqueio de contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas investigadas, no valor de até R\$ 5 milhões, com o objetivo de garantir o ressarcimento às vítimas e ao sistema financeiro. Outras medidas cautelares incluem a proibição de contato entre investigados e vítimas e a proibição de aproximação das residências das vítimas em raio inferior a 500 metros.

Esquema criminoso

As investigações apontam a existência de três núcleos com funções específicas:

Núcleo bancário: responsável por fraudes em empréstimos e transferências de contas, com a participação de funcionários de uma instituição financeira;

Núcleo do golpe do financiamento: atuava com financiamentos fraudulentos em nome de vítimas, com apoio de revendedores de veículos;

Núcleo de falsidade ideológica: inseria dados falsos em sistemas bancários para viabilizar os crimes.

Até o momento, seis pessoas foram formalmente indiciadas. Cerca de 100 vítimas já foram identificadas, entre elas idosos e pessoas com deficiência.

Alerta à população

A delegada responsável pela investigação, Bianca Mondaini, orienta especialmente idosos e pensionistas a verificarem regularmente extratos bancários e contracheques. "Identificamos situações em que a portabilidade de conta foi realizada sem o consentimento das vítimas, redirecionando benefícios para instituições controladas pelos criminosos", informou.

Quem suspeitar ter sido vítima deve procurar a 5ª Delegacia de Polícia Civil, localizada na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 373 – Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Juiz de Fora.

Modo de agir

Conforme apurado, os suspeitos abordavam vítimas com baixo grau de instrução, oferecendo vantagens financeiras. Com o consentimento das vítimas, gravavam vídeos utilizados em sistemas de reconhecimento facial, que permitiam abrir contas, contratar empréstimos e realizar transferências sem o conhecimento dos titulares.

Primeira fase

A primeira fase da operação foi deflagrada em novembro de 2024. À época, os crimes investigados atingiram 12 vítimas – 11 idosos e uma pessoa com transtorno mental –, com prejuízo estimado em R\$ 5 milhões ao

longo de dois anos. Seis suspeitos, com idades entre 30 e 47 anos, foram indiciados por participação no esquema.